

Congresso preserva vetos sob vaia dos aposentados

Faltaram apenas oito votos para que o Senado rejeitasse o veto presidencial ao plano de benefícios da Previdência Social, que regulamentava os direitos constitucionais dos aposentados. O voto, que já fora rejeitado pela Câmara no mês passado, foi submetido aos senadores sob grande expectativa das galerias, parcialmente ocupadas por algumas dezenas de pensionistas. Não deu: embora os votos pela rejeição do voto tenham superado os favoráveis à sua manutenção (30 contra 25), não atingiram a maioria absoluta do Senado (38 senadores), como seria necessário.

Numa noite de grande atividade, mas que por acordo entre os líderes não tratou da política salarial, o Congresso aprovou também a Medida Provisória nº 260, que institui o BTN como índice de reajuste das prestações da casa própria, nos contratos vinculados ao plano de equivalência salarial. A este índice, serão acrescidos os ganhos reais de salário, aferidos na data-base de cada categoria. Os parlamentares liberaram ainda um pacote de créditos suplementares de Cr\$ 83,7 bilhões, destinados a diferentes órgãos do Governo.

Foram aprovadas ainda as Medidas Provisórias nºs 259 e 261. A primeira inclui entre as competências do Instituto Nacional do Seguro Social a execução dos programas do Governo Federal na área do trabalho. A segunda medida institui a Fundação Nacional de Saúde, que incorporará a SUCAM, A FSESP e a Dataprev.

O voto ao plano de benefícios da Previdência Social foi o assunto mais importante da sessão do Congresso e o único que provocou discussões. Os líderes partidários travaram uma verdadeira guerra de números. Em nome do Governo, o senador José Ignácio previu que o caixa do Tesouro quebraria se o voto fosse derrubado. Pelas suas contas, o déficit da Previdência chegaria a 6,4 bilhões de dólares, além dos 3,6 bilhões já previstos no orçamento do próximo ano.

Na trincheira oposta, o senador Almir Gabriel tinha números diferentes a apresentar. Segundo ele, o saldo de caixa da Previdência é hoje de Cr\$ 182 bilhões, sem contar os Cr\$ 507 bilhões que foram indevidamente desviados para outros setores.

Encerrados os discursos, a mesa iniciou o processo de votação secreta, como manda a Constituição para o caso dos vetos. Os votos pela rejeição não atingiram o quórum mínimo necessário, por uma diferença de apenas oito senadores. A reação das galerias foi estrondosa. Punhos erguidos, dezenas de aposentados batiam no peito, exibiam os bolsos e faziam gestos de reprovação aos parlamentares. Foi uma longa vaia até que os seguranças do Congresso conseguissem desalojá-los. A sessão permaneceu alguns minutos suspensa, mas não havia mais quórum quando o presidente Nelson Carneiro tentou reabri-la.

Após uma reunião com os ministros da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e do Trabalho, Antônio Rogério Magri, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, disse que o projeto de conversão nº 56, que alterou o plano de custeio e benefícios da Previdência feito pelo Executivo, será sancionado com vetos parciais pelo presidente Fernando Collor. "Saímos daqui com uma coisa boa para o segurado da previdência", disse Passarinho. O ministro Magri recusou-se a fazer comentários sobre a reunião. O prazo para o Governo sancionar ou vetar o projeto de conversão termina hoje.

O plano original de custeio e benefícios foi aprovado pelo Congresso em junho e integralmente vetado pelo presidente. Logo depois, Collor enviou um novo plano de custeio e benefícios. No mês passado, o Congresso alterou todo esse novo plano, aproximando-o do original. Não teve força, porém, para derrubar o voto como pretendia a oposição. Nessa mesma noite a Câmara deu número suficiente para isso, mas o Senado não votou. Sua decisão só saiu ontem, mantendo o voto.